

Jornal do Professor

EDITORIAL

Servidores resguardados

Uma das lutas de diretores do Adufg-Sindicato, junto com o Proifes-federação e outras frentes, teve resultado positivo: a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 foi aprovada com ressalvas. A contratação de servidores públicos e a possibilidade de aumento salarial foram mantidas no texto final, que ainda deve ser sancionado pelo presidente da República, Michel Temer.

A Emenda Constitucional 95 traz prejuízos ao ensino superior brasileiro e não é a melhor estratégia para tirar o país da crise. Os professores Gil Vicente (UFSCAR) e Francisco Tavares (FCS) comentam as problemáticas do congelamento de gastos no Brasil por 20 anos.

Mais um episódio na novela da segurança no campus Samambaia. Mais uma morte. Dessa vez, devido ao tráfico de drogas. Apesar da instalação de um sistema amplo e funcional, o secretário de segurança informa que é impossível a universidade prever esse tipo de crime ou se livrar de problemas que estão presentes na sociedade brasileira.

O professor Elismauro, da Odontologia, é o tipo de docente que atua em todas as áreas: ensino, pesquisa, extensão, graduação e pós. Ele conta um pouco de sua trajetória ao JP.

Pesquisa em parceria com o Ministério do Meio Ambiente desenvolve livro de receitas com frutos do cerrado. A coordenação é da professora Raquel, da Faculdade de Nutrição.

Os projetos Mais Sindicato e Mais Saúde continuam em plena atividade, inclusive no interior.

E como junho e julho são meses de arraiaá, no nosso sindicato não foi diferente. A festa fechou a rua 229. Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Fotos: Bárbara Zaiden



CERRADO: Professora Raquel, da Fanut, coordena pesquisa sobre frutos

Página 8 e 9



TRAJETÓRIA: Professor Elismauro Mendonça (FO) e a maestria de um verdadeiro pesquisador

Página 16

EC 95

Os retrocessos e prejuízos da Emenda ao ensino superior brasileiro

Páginas 10 e 11

VIOÊNCIA

Sistema de segurança da universidade é efetivo mas não consegue conter problemas da sociedade

Página 6

Mais Sindicato

Adufg promove integração e diálogo com professores no Mais Saúde e Mais Sindicato

Página 7

Arraiá do Adufg

Confira as fotos da festança junina do Adufg-Sindicato

Página 14

prestação de contas

Maio de 2018

1	Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	R\$ 331.146,34
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	R\$ 4.252,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	R\$ 1.623,17
1.4	Receitas Financeiras	R\$ 8.370,78
1.5	Outras Receitas	R\$ 7.724,22
1.6	Resgate de aplicações financeiras	R\$ 0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	R\$ 1.534,93
Total R\$		R\$ 351.581,58

2	Custos e Despesas Operacionais	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	R\$ 72.948,07
2.1.2	Encargos Sociais	R\$ 34.386,38
2.1.3	Seguro de Vida	R\$ 649,12
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	R\$ 1.497,12
2.1.5	Ginástica Laboral	R\$ 550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	R\$ 5.299,35
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	R\$ 752,86
Total R\$		R\$ 116.082,90

2.2	Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	R\$ 1.995,63
2.2.2	Despesas com Correios	R\$ 2.376,51
2.2.3	Energia Elétrica	R\$ 3.864,28
2.2.4	Honorários Advocatícios	R\$ 7.814,00
2.2.5	Honorários Contábeis	R\$ 3.815,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	R\$ 500,35
2.2.7	Serviços Gráficos	R\$ 9.519,93
2.2.8	Honorários de Auditoria	R\$ 1.450,48
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	R\$ 4.472,50
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	R\$ 3.607,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	R\$ 313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	R\$ 1.600,01
2.2.13	Serviços de Informática	R\$ 3.107,90
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	R\$ 524,00
2.2.15	Água e Esgoto	R\$ 530,28
Total R\$		R\$ 45.491,69

2.3	Despesas Gerais	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	R\$ 5.040,66
2.3.2	Despesas com Táxi	R\$ 711,37
2.3.3	Despesas com Coral	R\$ 9.541,09
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	R\$ 2.773,21
2.3.5	Diárias de Viagens	R\$ 11.220,60
2.3.6	Tarifas Bancárias	R\$ 468,69
2.3.7	Lanches e Refeições	R\$ 617,74
2.3.8	Quintart	R\$ 12.711,89
2.3.9	Patrocínios e Doações	R\$ 17.028,38
2.3.10	Manutenção de Veículos	R\$ 384,00
2.3.11	Festa do Professor	R\$ 0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	R\$ 0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	R\$ 1.481,83
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	R\$ 1.592,07
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	R\$ 10.703,60
2.3.16	Hospedagens Hotéis	R\$ 4.589,45
2.3.17	Material de expediente	R\$ 1.345,42
2.3.18	Outras despesas diversas	R\$ 9.603,90
2.3.19	Manutenção e Conservação	R\$ 8.290,75
2.3.20	Homenagens e Condecorações	R\$ 400,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	R\$ 6.529,99
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	R\$ 2.386,37
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	R\$ 0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	R\$ 1.211,56
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	R\$ 200,00
2.3.25	Festa do Professor Catalão	R\$ 0,00
2.3.26	Despesas com Eleições	R\$ 0,00
2.3.27	Despesas com manifestações	R\$ 0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	R\$ 1.108,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	R\$ 2.200,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	R\$ 20.912,00
Total R\$		R\$ 133.052,58

2.4	Despesas Tributárias	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	R\$ 3.209,79
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	R\$ 21.038,59
Total R\$		R\$ 24.248,38

2.5	Repasso Fundo Social e Contribuições	
2.5.1	Repasso para C/C Fundo Social	R\$ 0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	R\$ 0,00
2.5.3	Proifes Federação	R\$ 27.108,83
Total R\$		R\$ 27.108,83

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$		R\$ 345.984,38
3	Resultado do exercício 05.2018 (1-2)	R\$ 5.597,20

4	Atividades de Investimentos	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	R\$ 0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	R\$ 0,00
4.1.3	Veículos	R\$ 0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	R\$ 0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	R\$ 2.600,00
4.1.6	Outras Imobilizações	R\$ 0,00
Total R\$		R\$ 2.600,00

4.2	Intangível	
4.2.1	Programas de Computador	R\$ 4.200,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	R\$ 0,00
Total R\$		R\$ 4.200,00

4.3	Aplicações Financeiras	
4.3.1	Aplicação CDB/ FUNDO DE INVESTIMENTO	R\$ 80.000,00
Total R\$		R\$ 80.000,00

Total Geral dos Investimentos R\$		R\$ 86.800,00
5	Resultado Geral do exercício 05.2018 (3-4)	-R\$ 81.202,80

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



CARTAS DOS LEITORES

Críticas, sugestões de pauta e comentários >>> jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Senhor Presidente da ADUFG,

Por morar em local afastado, custo a receber o Jornal do Professor. O mais recente, onde se encontra uma entrevista minha como ex-presidente da ADUFG, exige certas correções.

Que fique claro para os que não viveram o início da ADUFG: foi a Mindé, a primeira presidente eleita da ADUFG, que estabeleceu os fundamentos da entidade, seu caráter não elitista, de luta pela Universidade Pública. Era um período triste de nossa história, e atitudes de luta pela sobrevivência da Universidade Pública exigia coragem, pois os militares da chamada “linha dura”, que não aceitavam a “abertura” da ditadura, estavam fortes e bombas na OAB e no Rio Centro ainda explodiriam.

Foi a coragem dessa mulher, sua penetração na Universidade (ex-Diretora da Faculdade de Educação) e na sociedade goiana, que permitiu à ADUFG se consolidar como entidade representativa dos professores da UFG.

Na entrevista publicada na última edição do Jornal do Professor, isso não ficou claro. Talvez por erro meu ao dar a entrevista, pois velho tem muitas histórias a contar e quem fala demais dá bom-dia a cavalo, diz o ditado popular.

Se a primeira greve nacional nasceu no antigo Instituto de Matemática e Física - IMF, ela só teve êxito devido a um trabalho local e nacional de criação de uma rede de contatos de pessoas dispostas a lutar pela Universidade. Milano, Diretor do IMF, foi corajoso ao aceitar a greve, mas foi a Mindé que assumiu a liderança do movimento, correndo o inerente risco. Telefonemas para todo o Brasil foram feitos pedindo apoio e a atuação interna para expandir o movimento, rede formada com dezenas de professores, como Ana Lúcia, Sérgio Paulo, Américo, Leda, entre muitos outros, foi o sucesso do movimento. Ou seja, o estouro da greve não foi um ato voluntarista.

Quando a greve eclodiu nacionalmente, o Comando Nacional se estabeleceu em Goiânia, sendo sempre a Faculdade de Educação o suporte para as ações. O Ministro da Educação (Eduardo Portela) pediu demissão e assumiu o MEC o General Rubem Ludwig, homem que representava o Brasil na OTAN, com quem negociamos o final da greve vitoriosa. Em Campinas, na Unicamp, fundamos a ANDES; Mindé e eu fizemos parte da primeira diretoria, a única universidade que tinha dois diretores na entidade em reconhecimento ao trabalho da ADUFG no processo.

Ao final de mandato da Mindé, fui escolhido para sucedê-la. A ADUFG era já uma entidade consolidada. Nossa gestão avançou nas lutas, fizemos a primeira eleição direta para Reitor, etc. etc, ajudando a manter a linha de luta da ADUFG, entidade que nasceu para defender a universidade pública, universidade voltada para os interesses da maioria da população brasileira.

Peço, para o esclarecimento da história, que esta carta seja publicada na edição do Jornal do Professor.

Atenciosamente,
Marco Antônio Sperb Leite



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D’ Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI – Nº 48
julho de 2018

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636 GO)
Editora responsável

Bárbara Zaiden (JP 3228 GO)
Edição e reportagem

José Abrão (JP 3331 GO)
Reportagem

Bruno Destéfano
Guilherme Fernandes
Charles Adryel
Estagiários

Diagramação: Bruno Cabral

Data de fechamento: 12/07/2018

Tiragem: 3.000 exemplares

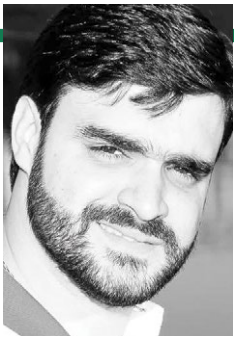
Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br



Ricardo
Limongi*

Como foi seu dia? Só um momento que vou ver seu perfil...

Somos atualmente quase quatro bilhões de usuários de internet em todo o mundo. Se falarmos sobre as redes sociais, especificamente, os números são realmente expressivos por se tratar da movimentação em um único dia: são enviados mais de 600 mil tweets, postadas mais de 62 milhões de fotos no Instagram, e mais de 5,5 bilhões de vídeos assistidos no Youtube.

No Brasil, em especial, parece que nossa saudosa participação no Orkut não foi uma moda passageira nas redes sociais, afinal, 78% dos brasileiros que estão na Internet estão em alguma rede social. Destaque para o Facebook, a rede mais utilizada, e o Instagram que apresenta o maior crescimento entre usuários brasileiros.

Nesse caminho, 94% dos usuários com contas em redes sociais acessam seus perfis diariamente, e destes, 38% passam mais de 4 horas por dia navegando entre as diferentes redes sociais, dados levantados em um recente estudo da área de inteligência da Rock Content. Esses números apresentados podem nos ajudar a dar uma ideia da quantidade de informações que disponibilizamos para nossos contatos, ou não, nas redes sociais, ou seja, preferências e opiniões sobre os mais diferentes temas.

Particularmente, sempre que analiso os dados das redes sociais nas pesquisas que participo, me chama a atenção como os usuários podem acabar se perdendo ao divulgar tudo que fazem, sejam marcar amigos nos locais que estiveram, ou então compartilharem preferências e suas histórias de vida. Nesse sentido, me lembro de um experimento conduzido na Europa, mais especificamente na Bélgica no ano de 2013.

Na ocasião um vidente se colocava a disposição de pedestres para mostrar que sabia muito sobre ele. A partir do momento em que o vidente, representado por um ator, começava a conversar com o participante uma equipe de analistas de dados vasculhava em questão de segundos as informações postadas pelos próprios participantes em suas redes sociais. Informações levantadas sem o mínimo de controle de privacidade por parte do próprio participante.

Enquanto o vidente se preparava para reportar o que tinha “descoberto”, a equipe de analistas já tinha informado questões como qual tinha sido a escola do participante, se tinha tatuagem, nome dos pais, o que gostava de comer, e por aí vai. Se, sem esforço já é possível entender como nós, usuários, nos comportamos, imagina como seria se as empresas pudessem conhecer nosso comportamento, e assim, produzirem materiais que pudessem direcionar nossa opinião.

Infelizmente este fato aconteceu a poucos meses, e foi logo com o Facebook, uma empresa controlada por Mark Zuckerberg, que também é chefe de duas outras redes sociais, o Instagram e WhatsApp. O escândalo que foi parar com um pedido de desculpas do chefe do Facebook no congresso e senado norte americano, e ainda, no parlamento europeu, começou com uma denúncia de um ex-funcionário de uma empresa britânica chamada Cambridge Analytica. A denúncia mostrou que os dados de 87 milhões de usuários do Facebook haviam sido dire-

cionados para receberem conteúdos referentes a propaganda eleitoral de maneira altamente personalizada.

Na ocasião, tanto para a campanha, do então candidato Donald Trump, e do Brexit, o plebiscito britânico sobre a participação do Reino Unido. A partir do mapeamento das preferências dos consumidores, empresas de conteúdo criaram conteúdo buscando influenciar o voto dos usuários. Assim, esse escândalo fez suscitar o seguinte questionamento: como minhas preferências e engajamento nas redes sociais podem ser usadas pelas empresas?

Em particular no caso do Facebook não é difícil imaginar que nosso perfil dá margem para as empresas entenderem como a postagem deve ser produzida, visando não apenas aumentar suas métricas de engajamento, mas também, para alcançar nossos amigos, e assim, fortalecer grupos de interesse para veicular seus produtos e serviços.

Na UFG, sou um dos coordenadores de um grupo de pesquisa em marketing, o ADMKT, e dentre os trabalhos do grupo buscamos desde 2013 entender o impacto da postagem nas métricas de engajamento, as quais consideramos as curtidas, comentários, compartilhamentos e o boca-a-boca, que representam as marcações de outros usuários. Nos estudos já publicados em periódicos nacionais e internacionais identificamos que a mudança de características como: a postagem não apresentar apenas o produto ou serviço, e sim na imagem do consumidor, influencia positivamente no engajamento da postagem, assim como o uso de hashtag, tipo de imagem, frequência de postagem, dentre outras variáveis.

A partir deste estudo limitado em relação a quantidade de postagens e usuários analisados conseguimos entender o que poderia ser diferente para que a motivação do usuário por engajar com a postagem fosse alterada, imagine

então uma empresa com a movimentação de 87 milhões de usuários ao longo do tempo? Movimentações que representam as curtidas em perfis, usuários e postagens, o que de acordo com estudos com pesquisadores da Universidade de Stanford demonstraram nos retratar melhor do que somos com os familiares.

Dessa forma, o problema levantado com os dados do Facebook não deve ser uma discussão apenas sobre a questão de segurança dos dados, mas também, uma reflexão para que nós como usuários possamos avaliar até que ponto é realmente válido compartilharmos nossa intimidade e preferências em uma plataforma, as redes sociais, em que o objetivo é entender nossos hábitos e então direcionarem nosso perfil para visualizarmos anúncios otimizados. Cabe então, refletirmos sobre a privacidade que queremos e não criticar apenas como os dados estão sendo utilizados.

** Ricardo Limongi é Doutor em Administração pela EAESP/FGV. É professor de Administração na pós-graduação na FACE/UFG e pesquisa temas correlatos a marketing*



Veridiana
de Moura*

Relato da III Conferência Regional de Educação Superior

No período de 11 a 15 de junho, em Córdoba, na Argentina, quatro diretores do ADUFG-Sindicato participaram da III Conferência Regional de Educação Superior (CRES), uma reunião latino-americana realizada a cada dez anos pelo Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e o Caribe (UNESCO-IESALC), em parceria com a Universidade de Córdoba, Argentina, o Conselho Interuniversitário Nacional da Argentina (CIN) e a Secretaria de Políticas Universitárias do Ministério da Educação da Argentina (SPU).

A CRES representa o evento mais importante sobre educação superior na América Latina e no Caribe e tem como principal propósito discutir a situação do sistema de educação superior na região e, a partir disso, elaborar um plano de ação na perspectiva do desenvolvimento humano sustentável e o compromisso com sociedades mais justas e igualitárias, reafirmando o sentido da educação como bem social, direito humano e de responsabilidade do Estado.

O evento reúne reitores, diretores, acadêmicos, docentes, estudantes, representantes de organizações governamentais, não governamentais, associações profissionais, centros de pesquisa, sindicatos e demais interessados em educação superior.

Nesta terceira edição o evento foi estruturado em sete eixos, que incluíram como temas: a educação superior como parte do sistema educativo na América Latina e no Caribe; a educação superior e a diversidade cultural e interculturalidade na América Latina; a educação superior, a internacionalização e a integração regional da América Latina e do Caribe; o papel do ensino superior frente aos desafios sociais da América Latina e do Caribe; a pesquisa científica e tecnológica e a inovação como base do desenvolvimento humano, social e econômico para a América Latina e o Caribe; o papel estratégico da educação superior no desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe; e os cem anos após a Reforma Universitária de Córdoba: rumo a um novo manifesto do ensino superior latino-americano.

Os sete eixos reuniram aproximadamente cinco mil pessoas, que tiveram a oportunidade de discutir, opinar e apresentar suas propostas relacionadas à melhoria do Sistema de Ensino Superior na América Latina e no Caribe. Nos demais fóruns, simpósios e mesas de discussão também foram abordados temas como autonomia universitária, acesso ao conhecimento, novas metodologias de ensino, formação docente e cidadania.

No eixo da pesquisa científica e inovação como base do desenvolvimento humano foi apresentada uma análise acerca da situação da pesquisa científico-tecnológica e de inovação na América Latina e no Caribe. Essa análise foi pautada no papel do conhecimento nos contextos mundial e latino-americano, argumentando-se que a crise da civilização que o mundo vive atualmente é produto de uma gestão do conhecimento e da informação que inclui o financiamento da produção e apropriação científico-tecnológica, que é fomentada em instituições ligadas à privatização e mercantilização do conhecimento e da informação. De outra parte, as discussões defenderam a construção de estruturas institucionais onde o conhecimento seja tratado como direito humano universal, bem como o estímulo a gestão do conhecimento voltada à construção da democracia humana

sustentável, destinada à estruturação de um intelecto social coletivo comum da humanidade.

Já no eixo referente à internacionalização, coordenado pela Dr.^a Jocelyne Gacel-Ávila, pesquisadora do Observatório Regional sobre Internacionalização e Redes na Educação Terciária da América Latina e do Caribe (OBIRET), foi apresentado um panorama acerca do processo de internacionalização do ensino superior da região latino-americana e caribenha, sendo abordados tópicos como filosofia educativa e conceitos referentes a internacionalização compreensiva; tendências globais da educação superior e a internacionalização em âmbito mundial; características da internacionalização na região latino-americana e caribenha; avanços da integração acadêmica, internacionalização da pesquisa e da produção de conhecimento; internacionalização do currículo; e conquistas e perspectivas futuras quanto à cooperação na educação superior, ciência e tecnologia na América Latina e no Caribe.

Na cerimônia de encerramento, o representante da UNESCO-IESALC e demais organizadores leram o preâmbulo do documento final, nominado a Declaração de Córdoba, que entre outras coisas reafirma

“o postulado da educação superior como um bem público social, um direito humano universal e um dever dos Estados”. Além disso, um dos pontos de destaque do documento a que se refere a Declaração, remete à premissa de que o acesso ao ensino superior trata-se de “um bem social, coletivo e estratégico, essencial para garantir direitos humanos básicos e essenciais para a boa vida de nossos povos, a construção de uma cidadania plena, a emancipação social e a integração regional na América Latina e no Caribe”.

Em outro trecho, a Declaração afirma que “a educação não é uma mercadoria”, e chama os Estados a não entrar em acordos que tratem a educação como um serviço lucrativo e também a não encorajar formas de mercantilização em qualquer nível educacional. Ao invés disso, os incentiva a aumentar os recursos destinados à educação, ciência e tecnologia.

Além da Declaração, também serão elaborados um plano de ação e dois outros documentos, um com as recomendações da CRES e outro com as proposições reunidas ao longo do evento. Segundo o coordenador geral da CRES, Francisco Tamarit, observações, proposições, comentários e críticas apresentados durante o evento serão incorporados às publicações. Também informou que o trabalho de catalogação e finalização dessas publicações deve ser concluído em três meses, sendo todo o material disponibilizado no site do evento.

Vale ressaltar que é a primeira vez que representantes de entidades sindicais brasileiras ligadas ao ensino superior participam do evento, o que reafirma o nosso compromisso em sempre buscar apoio e assistência, com o intuito de promover educação superior de qualidade, especialmente em momento em que as Universidades Federais brasileiras têm enfrentado dificuldades até mesmo para manter suas atividades mais simples, o que inevitavelmente limita a perspectiva da melhoria do ensino público.

**Veridiana Maria Brianezi D. de Moura é diretora Secretária do Adufg-Sindicato, da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ) da UFG*

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Aposentados

O Adufg-Sindicato continua lutando pelos aposentados que estão lesados por uma decisão da CGU, que suspende os pagamentos. São docentes aposentados entre 1990 e 1997.

A luta não acabou

“A luta não acabou. Na verdade, está apenas em seu início. Porém, ao menos começamos de maneira positiva, com a postura de resistência da universidade”, afirma o advogado representante do sindicato, Elias Menta.

Ranking

A UFG está em 11º no ranking da revista internacional *Nature* de instituições que mais publicaram artigos na América do Sul na área de ciências naturais e da terra. A lista levou em consideração o materiais publicados entre 2015 e 2017.

UnB

A UnB mais que dobrou no final de junho o valor cobrado pelo Restaurante Universitário. Foi de R\$ 2,50 para R\$ 5,80. O DCE da instituição considerou o aumento exorbitante e está estudando formas de reverter o aumento. A decisão é mais um efeito da crise na instituição.

Crise

Segundo a Agência Brasil, para os estudantes com renda familiar por pessoa até um salário mínimo e meio, as refeições continuam gratuitas. Para funcionários e visitantes o preço continua R\$ 13.

Cotas

Decreto do Governo Federal reserva para estudantes negros 30% das vagas em seleções de estágios na administração pública federal direta, autárquica e fundacional. As sociedades de economia mista controladas pela União também devem adotar a medida.

Inserção no mercado

O objetivo é fortalecer a inserção dos jovens negros no mercado de trabalho. “Essa ação, que também é afirmativa, representa muito mais que uma oportunidade de primeiro emprego, representa a construção de uma democracia com justiça social”, disse o secretário nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Juvenal Araújo, à EBC.

PERDAS

Segundo matéria publicada pelo portal de notícias G1, 90% das universidades federais do país tiveram perdas reais no orçamento nos últimos cinco anos.

O MEC se defendeu, dizendo que o encolhimento na verba nacional, que chega a 28%, começou no governo Dilma. Em 2017, de acordo com o levantamento, foi o menor repasse dos últimos sete anos, com valores abaixo dos recebidos em 2013 e 2014. A reportagem também verificou que o impacto dos cortes já pôde ser sentido em várias instituições, que tiveram que adotar cortes em serviços intitulados “não essenciais” pela equipe de reportagem, como o congelamento de bolsas ou demissão de terceirizados. Entre 2012 e 2016, o número de alunos cresceu em 10%.

E a verba caiu em 8,27%. A UFG também foi afetada: no ano passado ela recebeu o menor repasse desde 2008.



Barbara Zaiden

A movimentação de estudantes do ensino médio no Campus Samambaia já é rotineira em tempos de Espaço das Profissões. A atividade é tradicional na história da universidade, uma oportunidade para que os cursos apresentem seus pontos fortes àqueles que serão seus futuros estudantes. Os jovens transitam durante todo o dia de sala em sala, de prédio em prédio, ouvindo às explicações de graduandos. Entre uma visita e outra, sobra tempo para os adolescentes se divertirem e se encatarem com os macacos que, também tradicionalmente, roubam suas comidas. Na foto acima, o prédio do ICB, os alunos puderam ver amostras de insetos de todos os tipos.

Primeira negra

Joana Angélica Guimarães da Luz é a primeira mulher negra reitora de uma universidade federal. Ela tomou posse na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). A cerimônia foi no dia 20 de junho, com a presença do ministro da Educação, Rossieli Soares.

Gestora

A professora Joana é formada em geologia e doutora em engenharia ambiental com 12 anos de experiência em gestão na área de educação no Estado da Bahia. Também teve envolvimento na implantação da UFSB.

Contribuição

O senador Paulo Paim (PT) argumentou que o fim da contribuição sindical obrigatória pode prejudicar os direitos trabalhistas. Foi durante audiência pública da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado.

Desequilíbrio

Para o senador, isto vai gerar o esvaziamento financeiro dos sindicatos, enfraquecendo as categorias, que terão menos recursos para lutar por seus direitos. O Adufg-Sindicato não se enquadra nos sindicatos que fazem essa cobrança.

Remanejamento

O Ministério do Planejamento publicou uma portaria que lhe dá direito de remanejar 1,18 milhão de servidores sem a anuência dos órgãos. O governo justificou a medida como forma de combater a ineficiência de certos órgãos, redistribuindo pessoal.

Bolsas

A Capes divulgou o resultado final dos editais de bolsas no exterior. Foram selecionados 123 bolsas de professor visitante na categoria júnior e outras 123 na sênior, além de 105 bolsas de pós-doutorado e 100 bolsas de doutorado pleno.

Estupro

Os professores Américo José dos Santos Reis, do Curso de Agronomia Goiânia; e Rogério Elias Rabelo, do curso de Medicina Veterinária, de Jataí, foram afastados da universidade devido a acusações de estupro e assédio. Ao todo, foram quatro denúncias de assédio sexual contra Américo. Rogério estuprou uma aluna em Goiânia e o processo envolveu o MP, que investigou a universidade por omissão.

Sistema de segurança da UFG já realizou mais de 50 abordagens

Secretário de segurança diz que não houve falha de segurança da universidade e explica que seria impossível prever uma execução

Bárbara Zaiden

A manhã do dia 19 de junho tinha tudo para ser mais um dia comum de rotinas na universidade. Contudo, estudantes, professores, técnico-administrativos e prestadores de serviço do Campus Samambaia passaram por momentos de susto e muita tensão. O jovem Luiz Carlos Pereira Castro foi morto a tiros em um espaço que fica entre o prédio das Letras e o Restaurante Universitário (RU).

“Não tem quantidade de câmeras, quantidade de pessoal que possa impedir uma execução. Eu não posso mentir”, afirma o secretário de Segurança da UFG, Ricardo Barbosa de Lima. Ele explica que o caso não representa uma falha no sistema de segurança da UFG. E diz que essa seria a terceira morte por execução ligada ao tráfico de drogas realizado no ambiente universitário.

“Esse é o *modus operandi* do tráfico. Enquanto tiver essa legislação restritiva vai existir um mundo subterrâneo. E a forma que essas pessoas têm de resolver isso é a forma violenta. A universidade se vê nesse contexto”, afirma Ricardo. Dadas as devidas proporções de tamanho e quantidade de pessoas, a universidade é um reflexo da sociedade. “É uma cidade universitária e nenhum indicador nosso é parecido com qualquer indicador do de uma cidade de médio porte”, completa Ricardo.

Em consonância com o secretário, está o professor Dijaci de Oliveira (FCS), coordenador do Núcleo de Estudos sobre Violência e Criminalidade (Necrivi). “Quando olhamos para o cenário da violência na sociedade, evidentemente a universidade tem um cenário bem distinto. É quase uma cidade, com 30 mil pessoas. Se contarmos o fluxo, chega a 40 mil. Na universidade não ocorre violência na mesma proporção que ocorre lá fora”, disse. A fala foi publicada em matéria do JP em setembro do ano passado.

À época, o professor explicou que havia a necessidade de melhorar os processos de segurança na instituição. E isso foi feito. Desde outubro de 2017, um novo sis-



A Central de Monitoramento funciona 24h por dia, durante 7 dias por semana

tema foi instalado. Aplicativo de *smartphone*, videomonitoramento e ronda de vigilantes atuam em conjunto. Até agora, foram mais de 50 abordagens no campus Samambaia. Ao todo, são 1200 câmeras, funcionando e sendo monitoradas 24h por dia, durante os sete dias da semana.

O sistema funciona a partir de chamados/denúncias abertas no aplicativo Minha UFG. Até hoje, foram quase 14 mil chamados, de todos os tipos: desde assédio, passando por roubo, até questões ligadas aos macacos do campus.

Funciona assim: a central de monitoramento recebe o chamado e os plantonistas analisam a câmera do local. Enquanto isso, uma equipe da ronda é enviada ao local, que é definido pela pessoa que abre o chamado. O plantonista conversa com a pessoa para levantar mais informações antes da chegada do vigilante. Se não houver sinal de internet, há a opção de falar com o plantonista em uma chamada telefônica. Outra possibilidade é o envio de fotos para facilitar a identificação de suspeitos e lugares.

Ricardo explica que em al-

guns casos, o máximo que os agentes da universidade podem fazer é abordar a pessoa que foi denunciada ou monitorada, apresentar as imagens e solicitar que ela se retire. A parceria com as polícias militar e civil foram estabelecidas e, quando necessário, as viaturas são acionadas. Já houve casos, por exemplo, em que suspeitos foram monitorados e foi possível conseguir flagrante de roubo ou até mesmo tentativas. Um ladrão de celulares que atuava no Hospital das Clínicas foi preso e um assediador foi identificado. São inúmeros os casos que Ricardo cita como de sucesso ao longo dos 8 meses do novo sistema de segurança instalada na UFG.

“Mesmo quando a gente aborda a pessoa, o que a gente pode fazer é pouco: podemos pedir para ela se retirar da área da universidade, pedir a sua identificação e dizer que temos o monitoramento. Se eu passar desse limite, qualquer coisa que eu fazer eu vou estar agindo como milícia, transformando a segurança patrimonial em segurança privada com poderes que ela não tem”, explica Ricardo.

Como funciona o sistema de segurança da UFG

- 1) A pessoa entra no aplicativo de Smartphone “Minha UFG”
- 2) Vai na aba “Segurança”
- 3) Se não tiver com sinal de internet, pode fazer uma ligação para qualquer um dos postos de atendimento
- 4) Se preferir usar a internet, pode escolher o tipo de caso: furto, assédio, assalto, comportamento suspeito, etc.
- 5) Ativa a localização do GPS
- 6) Insere o telefone para contato
- 7) Descreve o caso com maiores detalhes
- 8) Escolhe a localização do incidente
- 9) Envia uma foto da pessoa/do ocorrido,

Professores da UFCAT e UFJ discutem engajamento sindical e condições de trabalho

Professores de Catalão e de Jataí receberam em junho e julho a última edição do semestre do *Mais Sindicato*. A conversa girou em torno das realidades das novas universidades e o processo de implantação.

Em Catalão estiveram presentes o vice-presidente e diretor de Comunicação do Adufg-Sindicato, Walmirton D'Alessandro, o diretor para Assuntos Interinstitucionais, Luis Contim. As temáticas foram a atuação política e os serviços do Adufg-Sindicato como assistência jurídica, a representação docente do sindicato, que se diferencia de outros sindicatos por não ser partidário, e questões pertinentes à carreira docente.

Outros temas foram debatidos, como aposentadoria e aumento do diálogo para fortalecer o sindicato. O professor André Vasconcelos é filiado ao Adufg desde que começou a atuar na UFCAT e destaca a atuação do sindicato no campo dos debates e dos atendimen-

tos. “Acho esse encontro extremamente promissor para que nós possamos entender a nova conjuntura. Precisamos trabalhar com o diálogo”.

Em Jataí, a EC 95 e a crise financeira nas universidades foram enfoque. O presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, apontou que no atual momento vale a pena os servidores federais unirem forças para se fortalecer.

Em Jataí estiveram presentes, além do presidente do sindicato, o diretor de Assuntos de Aposentadoria e Pensão, professor Abraão Gomes e o diretor para Assuntos Interinstitucionais, Luís Contim.

O professor Gercilei Francisco da Silva acredita que a greve das caminhoneiros foi um momento perdido que deveria ter sido aproveitado para pressionar. “A UFJ nasce nesse contexto, o que é muito preocupante. [...] vamos ter que lutar pelos nossos direitos”, disse o diretor Contim.



Em Catalão, os professores falaram em fortalecer o sindicato

Mais Saúde debate gordura no fígado e nutrição infantil

A 2ª edição do Mais Saúde de 2018 teve como temática principal o fígado gorduroso. Além disso, as crianças puderam participar de uma oficina de nutrição infantil, com café da manhã. O evento ocorreu no dia 23 de junho na Sede Administrativa do Adufg-Sindicato, em Goiânia.

O palestrante convidado foi o professor e médico Heitor Rosa, do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP). Um dos principais motivos que fazem com que o órgão fique prejudicado é a mudança nos hábitos alimentares, com a inclusão de comidas gordurosas como as dos fast food e de açúcar em excesso.

“A infiltração de gordura no fígado já é uma pandemia. Isso é uma consequência da sociedade moderna, da mudança de hábitos. Ela se tornou uma doença praticamente universal”, disse o professor Heitor. “Mudanças de hábito em primeiro lugar”, enfatiza. Como prevenção, é possível dosar o álcool, evitar cigarro, gordura e doces. Além disso, é importante fugir do sedentarismo que a tecnologia trouxe para as vidas das pessoas.

Atenção aos pequenos

O professor Heitor Rosa enfatizou a necessidade de criar e incentivar hábitos saudáveis para as crianças e pré-adolescentes. Por isso, a oficina de nutrição infantil ensinou a filhos e filhas de docentes que é possível comer bem e gostoso ao mesmo tempo.

A nutricionista do Espaço Cultural, de Lazer e Saúde do sindicato, Carla Esperidião, preparou junto com os pequenos um café da manhã reforçado com um sanduíche de pão integral, carne sem gordura, patê de frango e salada com alface e tomate. O suco era de goiaba, natural, feito da fruta e com pouco açúcar. Grano e salada de frutas completaram o cardápio. As crianças receberam muito bem tudo o que foi preparado.

O Mais Saúde é uma ação do voltada para todos os docentes: sindicalizados ou não, na ativa e aposentados. “O nosso foco principal é a qualidade de vida e a consciência sobre a prevenção de doenças. Queremos que o projeto atinja a todos e a todas, que seja uma forma de falar abertamente sobre saúde”, explica a diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos do sindicato, Ana Christina Kratz.



O evento é aberto para todos os professores, sem restrição

Plantas para o Futuro: Fanut pa criação de livro de receitas com

Projeto em parceria com o Ministério do Meio-Ambiente visa preservar a biodiversidade do cerrado

Baru, cagaita, pequi, pêra-do-campo, murici. São muitas as frutas típicas do cerrado, mas poucas são conhecidas pelos próprios moradores da região. Menor ainda é o número de pessoas que utilizam estes frutos na sua alimentação diária. A Faculdade de Nutrição (Fanut) da UFG foi convidada a participar do projeto *Plantas para o Futuro*. A participação se dá por meio do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar (Cecane), da Faculdade. O objetivo é fazer um banco de dados de composição de alimentos da biodiversidade do Brasil. Como o país é muito grande e diverso, a pesquisa passou a ser conduzida por regiões. O projeto tem financiamento e apoio internacional de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Ministério do Meio Ambiente.

O *Plantas para o Futuro* possui três áreas de atuação: a composição de alimentos, o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem o uso desses alimentos na alimentação escolar, e a divulgação que é fazer com que esse alimento faça parte da alimentação do brasileiro. É o que explica a professora Raquel Santiago, responsável entidades pelo projeto na Fanut, da UFG.

São priorizados 70 frutos no Brasil, sendo 22 deles do cerrado. Mas a professora destaca que a biodiversidade nacional é bem maior: “se olharmos em volta, o Brasil tem milhares de plantas que a gente desconhece. O cerrado, então, é sem fim!”, se empolga Raquel. Por aqui, foram coletadas amostras em três regiões de Goiás e do Distrito Federal. O material coletado então passou por análises de sua composição nutricional, como fibras e minerais, que então integra um banco de dados online.

Primeiro, era necessário saber o que já existia de análises no Brasil e como elas tinham sido feitas, segundo a plataforma do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr). Os

dados de composição, resultado das pesquisas, ficarão disponíveis a partir do meio deste ano. “E então teremos como saber o que existe de nutrientes em cada uma dessas hortaliças priorizadas”, explica Raquel.

Apesar da importância de entender a riqueza nutricional dos alimentos, a professora pontua muito bem, ao dizer que não comemos nutrientes. É por isso a necessidade de uma proposta de construção de livros com receitas nacionais, utilizando nossas riquezas. Cada região desenvolveu de três a cinco receitas por fruta. No fim das contas, o livro terá de 300 a 500 receitas. “Vão desde sucos e geleias até receitas da mais alta gastronomia, assinadas por chefes conhecidos nacionalmente”, conta Raquel. Depois de finalizado, o livro será disponibilizado online.

A pesquisa, iniciada em 2013, se aproxima da conclusão. O livro já está em fase de diagramação e depois ainda passa por revisão. Agora, fica a esperança de ver os resultados da pesquisa serem usados na prática, pelas pessoas, em suas casas.

Segundo Raquel, um grande passo foi dado: portaria do Ministério da Educação (MEC), por meio de outro projeto, institui o uso desses alimentos de agricultura familiar na alimentação escolar.

A expectativa da pesquisadora é que o livro de receitas seja lançado até outubro deste ano. O material trata de espécies nativas do cerrado. Contudo, é importante pontuar que essas espécies não estão em extinção e possuem um enorme potencial de uso, destaca Raquel.

“O ministério identifica, em cada região, quais seriam as plantas com potencial de uso, não só alimentício. O *Plantas para o Futuro* trata também de função madeireira, medicinal, forrageira”, completa.

O trabalho levou a outras pesquisas, desenvolvidas a partir do contato com povos tradicionais.



Na UFG, o projeto é coordenado pela professora Raquel Santiago (Fanut)



Castanha de barú só é encontrada torrada no Mercado Municipal

Participa de frutas típicas

Fotos: Bárbara Zaiden



Frutas como o caju manga dificilmente são encontradas em Goiânia

Quilombolas

Dentre esses projetos com povos tradicionais está outro livro de receitas, com foco no resgate cultural a partir de práticas tradicionais dos povos quilombolas. São 24 comunidades no Estado de Goiás e a faculdade já desenvolveu produções acadêmicas com algumas delas. “Fomos visitar a comunidade de Pombal, que fica em Santa Rita do Novo Destino. Lá nós tínhamos 14 dos frutos catalogados. Mas eles não faziam consumo de nenhum deles”, conta Raquel.

Ela conta que essa constatação foi decepcionante, de início. O povo quilombola de Santa Rita do Novo Destino explicou a ela que esses frutos são “comida do mato, a gente comia quando era criança”. E geralmente são as pessoas mais velhas que têm a lembrança do uso dessas plantas nativas. Vários quilombolas da comunidade consideravam apenas como comida para o gado.

Raquel explica que a alimentação tradicional, com o que está na natureza, à frente das casas, perdeu a força por uma série de motivos, que são globais. “Primeiro, é muito mais fácil hoje você ir ao supermercado e comprar arroz. Isso fez com que a população mundial restringisse a sua alimentação a cinco alimentos, basicamente”, relatou Raquel, “isso trouxe para o Brasil, especificamente, um problema sério, porque a gente ainda tem desnutrição. Temos obesidade. E temos fome-oculta, que a pessoa acha que está saudável pela aparência, mas que pode ter deficiências de nutrientes, estar anêmica, porque não faz o consumo e o uso adequado dos alimentos”.

A pesquisadora destaca que essas plantas, que fazem parte do projeto, não são domesticadas, são todas de extrativismo, o que é uma atividade bastante trabalhosa. Ela cita o caso de um trabalho promovido na comunidade Kalunga, para a extração de baunilha do cerrado. “Eles estão tentando fazer um projeto de produção. É uma baunilha que tem um rendimento muito maior que a baunilha importada, e o preço de mercado da baunilha internacional é muito cara”, conta Raquel, “então existe esse incentivo para que ela possa ser usada e produzida pela comunidade, e que esse retorno de produção volte para a comunidade”.

Raquel chama atenção para as dificuldades de produção. As dificuldades de encontrar pessoas que trabalhem com extrativismo comprometem a proposta do projeto. “Ninguém trabalhava com extrativismo. Extrativismo dá muito trabalho, não é fácil essa proposta que a gente quer. O extrativismo depende de sazonalidade das plantas”.

Essa sazonalidade é um dos fatores determinantes no processo de pesquisa. E muitas vezes traz dificuldades. Raquel conta que é impossível encontrar frutas como o Buriti, por exemplo, no mês de junho. O mesmo vale para baru e outras plantas regionais.

A equipe do Jornal do Professor constatou a informação no comércio goianiense. Fomos até o Mercado Municipal de Goiânia para produzir uma foto. Ao perguntarmos por essas frutas, um vendedor disse que não seria fácil encontrar, somente em determinadas feiras. Segundo ele, existe pouca procura. “E o que as pessoas querem é ganhar dinheiro, né? Então a gente nem tenta mais”, disse.

“Isso traz uma falta de adesão muito grande, porque as pessoas precisam vender, ter renda, comer. A proposta de destacar o uso desses alimentos é justamente de que a parte agrônômica seja melhorada e você consiga domesticar essas plantas”, ressalta Raquel.

“O livro quilombola vai falar um pouco da cultura deles, um pouco da cultura alimentar e as receitas estão inseridas nesse contexto”, explica a professora. JO projeto atual busca desenvolver o livro de receitas a partir de uma perspectiva de resgate da cultura culinária desse povo. E, depois de finalizado, o intuito é devolver o material para a comunidade quilombola. Na pesquisa, notou-se que existe o uso mais frequente por essa comunidade de frutos como o caju, a mangaba, o baru e o pequi. “Mas isso gera outros trabalhos”, explica a professora.

O conteúdo foi construído por meio de entrevistas com os quilombolas. Os mais velhos, principalmente, tiveram que fazer um resgate de memória para lembrar o que os seus pais e avós comiam, de que forma comiam, quais ingredientes utilizavam. Nesse processo, aos poucos os pesquisadores da Fanut foram compilando as receitas.

“É uma proposta de resgate de saber tradicional. Nós fomos até eles e perguntamos o que eles fazem e estamos testando as receitas”, conta Raquel. Ela menciona, por exemplo, que eles possuem várias receitas de cozidos e cita um biscoito frito chamado “mentira”, que é difícil de ser encontrado hoje em dia. “É uma mistura de polvilho, ovo, se não me engano, e que fica um líquido, você joga os fios no óleo e ele vira um biscoitinho frito delicioso e é uma coisa que se perdeu na história, as pessoas quase não usam”, conta.

As consequências da

Os professores Gil Vicente, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e membro do Proifes-Federação, e Francisco Tavares, da Faculdade de Ciências Sociais/UFG, explicaram ao Jornal do Professor

Jornal do Professor: Do que se trata, exatamente, a EC 95 e o que ela significa?

Francisco Tavares: A EC 95 é a medida mais séria, mais intensa e mais grave de cortes de gastos do poder público da história de todos os Estados na humanidade. Ela prescreve que durante 20 anos o poder público só poderá gastar com educação, com saúde, com defesa, com segurança, com transportes aquilo que gastou no ano de 2016 mais a correção inflacionária. Isso significa que nossa população irá crescer, teremos 20% a mais de pessoas, e não haverá mais recursos para educação, lazer, direitos, para essa população. Isso significa que a economia pode crescer e não haverá mais recursos para estradas, regularização de contratos, política externa para essa economia que irá crescer.

Gil Vicente: Imagina que temos uma pizza. Esse pedacinho aqui, fica no canto, ele contém todas as despesas essenciais, sociais: 4,5% do PIB é o que é destinado a essas áreas. É isso o que a PEC congela em dez anos. O fato é, essa fatia da pizza, destinada à educação, não vai aumentar nos próximos 20 anos.

JP: Então se o PIB aumentar, nada muda e com a fatia destinada a áreas como educação, saúde, etc?

Gil: A projeção do Congresso Nacional é de que nos próximos 10 anos o crescimento do PIB vai ser maior do que a inflação. Ou seja: a pizza, como um todo, vai aumentar de tamanho. E o pedacinho [destinado à educação] continua o mesmo, ao invés de aumentar junto com a pizza. Se a pizza aumenta e o pedacinho fica parado, o percentual diminui. Se agora temos 6,5% do PIB, em 10 anos isso vai para 5%. Em 20 anos vai para 4,5%. Esse último valor é o que tínhamos na época do Fernando Henrique. [...] Se você olhar para o petróleo, a gente pode ter 0,8% em 10 anos, em recursos minerais, você pode ter 0,4% a mais. Taxação sobre especulação financeira: com 0,10% sobre transações em bolsa



Fotos: Bruno Destéfano

Francisco Tavares: "Essa emenda tem que ser revogada"

se consegue 1% ao ano.

Francisco: A economia pode crescer e não haverá mais recursos para estradas, regularização de contratos, política externa pra essa economia que irá crescer. A única prioridade que está assegurada na EC 95 é o pagamento da nossa dívida pública. Ou seja, independente da opinião das pessoas, dos resultados eleitorais, a emenda prevê que só haverá uma prioridade em nosso país: entregar dinheiro público para credores, em geral bancos, fundos de investimento, setores privados já muito ricos.

de alunos, você precisa daquele aumento que já foi dado. Se você congelar, vai faltar professor, recursos para manter a universidade, vai faltar investimento para manter laboratório, vai faltar tudo. Se você corta o crescimento, é uma previsão muito mais catastrófica.

Francisco: Em tese, ao longo dos anos, poderia tirar um pouco de gastos de algum lugar para aumentar na Educação. O que a experiência os indica contudo é: quem tem mais poder de lobby? Quem tem mais poder de pressão? Por exemplo, o judiciário pode prender políticos que fazem orçamento, a polícia federal pode investigar políticos que fazem esse orçamento, o ministério público idem, a defesa tem armas. Será que nessa disputa quando chegar o momento de dar um aumento pros juízes, de dar um auxílio moradia para os promotores, será que eles não vão conseguir? Caso consigam, a cada aumento nesses setores, terá que ocorrer um decréscimo em outros, provavelmente em saúde, educação, lazer, previdência e todos aqueles que não tem no jogo político o mesmo poder de barganha. [...] Hoje, todas as pessoas que não aceitam o que se dá nesse país há cinco anos, entendem que não se pode viver sob o regime fiscal da EC 95.

JP: Parece meio óbvio, mas economicamente, porque é errado tirar recursos de áreas como a saúde e a educação?

Gil: Os recursos são tirados de forma equivocada, de quem tem pouco: são impostos sobre consumo, são tirados de você e de mim. A carga tributária do Brasil, como um todo, não é muito diferente do Canadá ou dos EUA. Mas no Brasil esses recursos vêm duas vezes mais da área de consumo do que nos EUA. Menos da metade vem de taxar renda e propriedade. A origem dos impostos é que perpetuam uma desigualdade absurda, cobrando muito de quem não tem e pouco de quem tem.

Francisco: A única prioridade que

JP: Atualmente, nem esses 6,5% do PIB são o bastante para suprir as demandas de áreas como saúde e educação. O que podemos esperar?

Gil: O próprio MEC diz que esse 6,5% tem que subir. Mas hoje, o que acontece é que ele não cresce e sequer vai ficar na mesma proporção. Quando [o PIB destinado à educação] era 4,5%, o número de alunos em instituições federais era cerca de 570 mil. Hoje são 1 milhão e cem. Praticamente dobrou. Os recursos necessários pra manter isso subiram. Se existe um número maior

EC 95 para o Brasil

o erro econômico e as consequências a longo prazo da Emenda Constitucional 95. Gil Vicente também comentou o panorama da educação brasileira e as mudanças ocorridas no último ano.

está assegurada na EC 95 é o pagamento da nossa dívida pública. Ou seja, independente da opinião das pessoas, dos resultados eleitorais, a emenda prevê que só haverá uma prioridade em nosso país: entregar dinheiro público para credores, em geral bancos, fundos de investimento, setores privados já muito ricos. É um sério problema, portanto, para o custeio dos direitos fundamentais que podem ficar absolutamente desprestigiados em nosso país e um problema igualmente sério para a democracia já que independentemente do resultado das eleições o modo como o governo atuará nos próximos 20 anos está pré-definido nessa emenda.

JP: Quais são as reais chances de revogação da EC 95, que tira esses recursos de áreas essenciais à população brasileira ao invés de taxar grandes fortunas e grandes proprietários proporcionalmente?

Gil: É muito difícil [revogar]. A parcela no Congresso que defende os direitos dos trabalhadores, da saúde, não passa de 30%. É preciso reunir e organizar todos os sindicatos, grupos, associações e frentes. Se essa gente toda consegue se organizar e mostrar para a sociedade que essas medidas são nocivas. A pressão no Congresso Nacional para revogar a EC 95 vai crescer.

Francisco: Qualquer macroeconomista que se debruce sobre o assunto, verá um consenso hoje em dia: essa emenda tem que ser revogada. Não é possível manter não apenas no Estado brasileiro, mas a sociedade, com esse regime fiscal estabelecido a partir do final de 2016. Acho que o que está em questão nessas eleições, em última análise, é quem a manterá e quem a revogará. A gente consegue perceber qual será o compromisso de uma candidatura a partir desse único tema.

JP: Outra consequência seríssima da EC 95 é o comprometimento do Plano Nacional de Educação?



Gil Vicente: as reduções impactam diretamente na qualidade do ensino

Gil: A meta 1 do PNE prevê o crescimento do número de alunos. Em 2014 tínhamos 23% das crianças [brasileiras] na escola. A projeção do PNE era para que em 10 anos deveríamos ter 50%. O que acontece é que [esse número] está crescendo um pouquinho menos abaixo da meta. Em geral, a meta em si está sendo muito descumprida porque a ideia é que o número de alunos suba com qualidade. Essa qualidade tem que ser refletida na remuneração do professor, que tem que ir se equiparando com os salários da iniciativa privada para as pessoas com igual qualificação. Isso é coisa que não está aconte-

cendo. Aumenta o número de alunos, mas sem qualidade, sem estrutura escolar, sem o salário para os professores, sem merenda. O número de alunos continua crescendo, mas a qualidade continua a mesma. Isso significa uma elevação de vagas sem nenhuma qualidade, não melhora as condições daquelas crianças para se inserirem no ensino médio e superior no futuro.

JP: Houve aumento nas matrículas no ensino superior?

Gil: O crescimento do número de matrículas está se dando no ensino privado não é no ensino privado presencial, mas no ensino privado à

distância. Chegou a 1,5 milhão, enquanto os alunos todos do ensino superior público federal não chegam a 1,2 milhão. De uma hora para a outra, esse número disparou, então você imagina a qualidade [desse ensino]. Tem muita gente em certas regiões que não tem acesso a outra forma de ensino que não seja à distância. O problema não é da tecnologia, e sim da qualidade. Tirando algumas exceções, estamos falando de diplomas de má qualidade.

JP: Qual seria a solução para a crise de qualidade do ensino brasileiro?

Gil: É preciso valorizar o professor. Quando desvaloriza o professor, não equipara a remuneração, se ele for competente o que ela pensa: "não quero me submeter. Isso aqui não dá. Vou fazer outra coisa". Essa pessoa não vai escolher uma função desvalorizada. Falta segurança, contratações, professor, salas mais cheias. [...] Acabar com a Emenda 95, é uma questão necessária, mas não é suficiente.

JP: Em relação à reforma do ensino médio, quais são as consequências a longo prazo e os pontos nocivos do projeto?

Gil: A reforma do ensino médio compartimentaliza o conhecimento no ensino médio. Quem é filho de pobre e mora em periferia vai ter um ensino médio para virar maquininha do mercado, sem penetração na universidade. Por um lado, reduz as condições de inserção desse aluno no ensino superior. Por outro, reduz as verbas do ensino superior nas áreas de ciência e tecnologia. Resultado: menor formação de profissionais pela universidade de todas as áreas e menos dinheiro para formar, ou seja, formação que não será tão boa. A qualidade da formação passa a ser decrescente. Começa a produzir ciência em menor quantidade porque faltam recursos. Daqui a pouco isso vai ter que ser subsidiado pelo mercado privado. Isso significa produção direcionada para o interesse do mercado, especialmente das multinacionais.

LDO é aprovada mas reajuste a servidores é mantido

Após pressão de servidores públicos, a LDO foi aprovada no Senado Federal, mas com mudanças no texto original

No dia 11 de julho o Congresso Nacional aprovou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. Contudo, o texto foi aprovado com a revogação do artigo 192-A.

Agora, está permitido o reajuste salarial para servidores públicos federais, bem como a nomeação de novos servidores em áreas como educação, saúde, segurança pública, defesa e diplomacia. O projeto ainda deve ser sancionado pelo presidente da República, Michel Temer.

A LDO proíbe o contingenciamento de recursos captados

pelas universidades e instituições públicas de ciência e tecnologia, como doações e convênios. Na educação e na assistência social, de forma geral, os recursos devem ser corrigidos pela inflação.

Estão proibidas a compra ou reforma nas residências oficiais, além de aquisição de automóveis para autoridades, exceto para as que trabalham em área de fronteira.

Também estão vedados os reajustes nas verbas destinadas aos gabinetes dos parlamentares, bem como nos recursos usa-

dos durante o mandato.

Na saúde, está previsto um reajuste de 5% dos recursos para atenção básica e para procedimentos de média e alta complexidades.

As mudanças no texto original foram feitas após pressão dos servidores públicos federais sobre os parlamentares. Na semana de votação da proposta, o Proifes-federação, junto com outras frentes, esteve no Congresso e visitou gabinetes, dialogando com senadores e solicitando a revisão do texto.

O presidente do Adufg-Sin-

dicato, professor Flávio Alves da Silva destacou que a votação foi uma vitória. “Esta foi uma das principais batalhas nos gabinetes, nas comissões e nas lideranças. Este é um daqueles momentos que nos dá a convicção que a luta vale a pena. No Proifes defendemos, de fato, o professor!”, afirma.

O relator da LDO, senador Dalirio Beber (PSDB-SC), manteve um dispositivo polêmico proposto pelo Poder Executivo. Ele prevê despesas condicionadas à aprovação por meio de crédito suplementar ou especial.

Boas ideias valem ouro. Para enriquecer essas páginas queremos lançar as suas

Professor e professora, lançou um livro recentemente ou conhece alguém que tenha lançado?

Envie sua sugestão

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



Abraão e Nassar: enfrentando Collor e FHC

Ex-presidentes relembram a realidade do sindicato ao longo dos anos 1990

Após o final da ditadura, outros desafios se colocaram à frente da Educação no âmbito nacional. Em sequência ao fim do Regime Militar, os governos Sarney, Collor e Itamar trouxeram mais incertezas e instabilidade para o País. Em meio a isso, entre 1993 e 1995, assumiu a presidência do Adufg-Sindicato o professor Abraão Gomes, lotado no Instituto De Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) e que tinha feito parte da diretoria anterior, de Maria Ieda Burjack. “Comecei a frequentar a Associação, conhecendo as pessoas. Já tinha interesse porque já militei no movimento estudantil, no sindicato dos médicos veterinários do Estado de Minas Gerais”, conta Abraão, que entrou para o quadro de professores em 1990.

“Foi um período muito difícil dada à política do Collor, que não tinha nenhum interesse em Educação. Tivemos toda uma questão salarial e aí nós fizemos um longo movimento de paralisação”, relembra. No final, mesmo com a greve, os professores não conseguiram um reajuste, mas sim uma gratificação. “A nossa gestão se deu em um momento de grande dificuldade. O governo Collor deu no que deu. Outra luta nossa foi para tirá-lo (risos)”, conta, “o maior desafio foi o de dirigir o sindicato em um momento complicado. E conseguimos algum resultado, embora não foi da forma como a gente queria”. Na gestão anterior, Burjack havia comprado o terreno da Sede Campestre e na gestão de Abraão foram feitas as primeiras obras. “Foram poucas obras, mas é algo que hoje está consolidado, foi transformada em uma RPPN. Na nossa época fizemos os campos, fizemos a primeira piscina. Algumas obras originais não são mais [como eram antigamente]”, relembra.

Pessoalmente, Abraão declarou que gosta muito do sindicato e que sua participação trouxe aprendizado político além da possibilidade de se aproximar dos colegas professores: “o sindicato me ajudou muito a estar próximo das pessoas. Por isso, e por gostar também, estou aqui até hoje”. Sua avaliação do sindicato agora, ao completar 40 anos, é bastante positiva. “Nosso patrimô-



Nassar foi presente entre 1995 e 1998 e entre 1999 e 2001



Abraão assumiu a presidência no início do governo Collor

nio foi aumentando cada vez mais e hoje temos uma estrutura sindical que poucos no Brasil têm”, afirma, “temos conseguido usar o recurso do sindicalizado de forma competente, dando conta das questões políticas e na prestação de serviços”.

A gestão seguinte ficou nas mãos do professor Reginaldo Nassar, do Instituto de Ciências Biológicas (ICB). Aluno egresso da UFG, ele retorna como docente em 1992 e passa a militar no sindicato. Frequentava as assembleias e depois fez parte do conselho de representantes até, por fim, fazer parte da diretoria de Abraão. Ele se refere ao período da sua gestão, entre 1995 e 1998; e depois entre 1999 e 2001,

como peculiar: “foi um período de embate de ideias muito forte. Nós tínhamos o projeto neoliberal mas também tínhamos a Constituição, um momento de abertura”. Pós-ditadura e com o governo FHC e o plano real consolidados, o professor diz perceber que, na época, as maneiras de se promover o enfrentamento com o Governo Federal mudaram.

Assistência e lazer

Ele conta que nos anos 1990 o Adufg também passou por “um reordenamento da prática sindical justamente porque tínhamos um diagnóstico de que muitos professores não eram sindicalizados”. Não

havia grande participação no sindicato. “Era um sindicato, do ponto de vista de filiação, fragilizado. E do ponto de vista de participação das atividades, especialmente nas assembleias, também bastante isolado”, relembra. A solução para trazer o professor para as atividades sindicais veio em grande parte pela criação de serviços de assistência, lazer e social.

O primeiro serviço oferecido e até então, o mais importante foi a incorporação do plano de saúde. “Essa parte assistencial trouxe os professores que passaram pela universidade e se aposentaram sem se filiar ao sindicato. Houve uma agregação muito grande de professores. As assembleias voltaram a ser participativas”, relembra.

Outra mudança foi a compra da atual Sede Administrativa e a saída do sindicato do prédio da Faculdade de Educação. O motivo foi, simplesmente, o tamanho. “Foi uma resistência sadia, um debate sadio, com pessoas que acreditavam que sim, devia se manter o formato em que estávamos. Mas não se sustentava”, conta, “estávamos espremidos e para um sindicato do porte do Adufg, era inimaginável continuar. Teríamos que pleitear por um espaço público maior. Hoje em qualquer unidade que você for, a disputa por espaço pra dar aula, pra fazer pesquisa, é muito grande”.

Outra ação que é parte importante na história foi o Quintart, primeiro evento de muitos que viram a compor uma nova atividade no sindicato: uma agenda social cheia, promovendo encontros informais entre os professores. Essas mudanças, argumenta, ajudaram na luta sindical: “nos instalamos nessa luta contra o projeto neoliberal, a concepção de universidade que o PSDB comandava. Tínhamos que ter propostas, não podíamos ter um enfrentamento bruto. Fizemos greves com grandes assembleias”.

Estas novidades “surgem para ir até a categoria sem deixar de lado o seu propósito político sindical. Queríamos aglutinar forças para a luta, pois se a categoria não se vê representada pelo seu sindicato não tem luta”, justifica Reginaldo.

Fotos: Bárbara Zaiden



Arraiá Adufg 40 anos é receita de sucesso

Pela primeira vez na história do Adufg-Sindicato o tradicional Arraiá foi realizado no meio da rua, seguindo um desejo antigo. Nos últimos anos, o evento acontecia somente na Sede Campeste. Mas para comemorar os 40 anos do sindicato, a rua 229 enfim foi o palco dessa

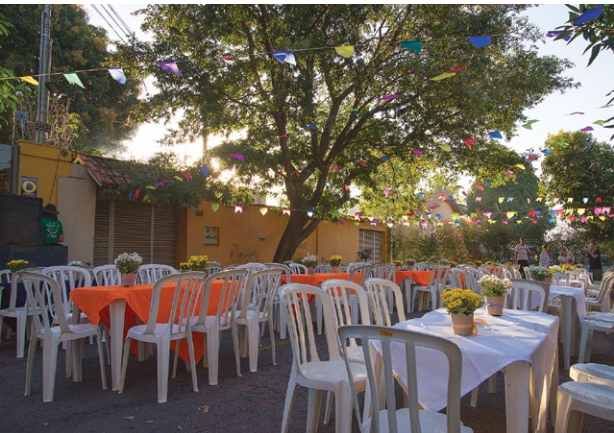
festança. Muita comida e música típicas, pescaria, correio elegante e pula-pula para as crianças foram organizados com carinho para o evento. “Esse ano a trouxemos de volta para a Sede Administrativa, para que mais professores participem”, explicou o presidente Flávio Alves

da Silva. Como missão dada é missão cumprida, participaram mais de 650 pessoas.

O reitor Edward Madureira destacou o ambiente fraternal: “O Adufg está de parabéns por ter organizado uma festa deste tamanho, trazido tantas pessoas da ativa e

aposentados aqui, criando um ambiente de integração, que é o que a gente mais precisa nesse momento na universidade é de aglutinar forças para enfrentar todas as dificuldades que a gente está vivendo. Acho que essa festa traz um pouco desse espírito”.

Fotos: Charles Adryel



A rua 229 foi fechada para o evento



A decoração temática chamou a atenção



Grupo Travessia presente em peso



O painel para fotos divertiu os adultos



Cliques e mais cliques não faltaram na noite



Para os enamorados, o tradicional Correio Elegante



A banda Sanfona Band tocou músicas juninas



Para os pequenos, pipoca doce colorida e de sal



Flávio Alves da Silva e Mindé Badauy



A quadrilha foi para todas as idades



Apresentação especial da quadrilha do Pilates



19ª Diretoria do Adufg-Sindicato

Diretoria do Adufg participa de III CRES em Córdoba, na Argentina

Bruno De Vizia/Proifes-Federação

Mais de mil estudantes, professores, trabalhadores e sindicatos de vários países participaram da III Conferência Regional de Educação Superior (CRES 2018) realizada na Universidade de Córdoba, na Argentina, no início de junho. Quatro diretores do Adufg-Sindicato integravam a delegação do Proifes-Federação e participaram de sete eixos de discussão e debate durante o evento.

O posicionamento contra o neoliberalismo por uma universidade democrática e popular sobre os rumos da educação superior nos países da América Latina e Caribe foi tema do evento. Inclusão, diversidade e pertinência das universidades públicas também estavam na pauta.

Esta edição da CRES comemora o centenário da reforma universitária de 1918, também realizada em Córdoba. O evento foi finalizado com declaração da educação superior como bem público, direito humano e universal e dever dos Estados. Ainda foi divulgado o manifesto final do encontro firmando o compromisso regional em defender o ensino público gratuito e de qualidade.

O ministro da Educação argentino, Alejandro Finocchiaro, participou da cerimônia de abertura e falou sobre a importância do fortalecimento do ensino. Ele foi vaiado.



Diretoria do Adufg-Sindicato e membros do Proifes-Federação na Argentina

O presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves; a diretora secretária Veridiana Moura; o diretor administrativo João de Deus; e a diretora de assuntos educacionais, carreira e magistério, Geovana Reis, participaram. O presidente esteve no eixo *Cem Anos da Reforma da Universidade de Córdoba*. “Foram vários debates sempre no sentido de contribuir para o manifesto final e que constasse realmente o que os sindicatos vêm defendendo de verdade: o ensino superior público, gratuito e

de qualidade”, disse Flávio.

O professor João de Deus fez parte do eixo *A educação superior, internacionalização e integração regional da América Latina e Caribe*. “Esse grupo foi de fundamental importância porque pensamos na relação sul-sul e uma relação entre as universidades que permita o desenvolvimento dos países com a troca do conhecimento, de tecnologia e possibilitando o aprimoramento do saber”, declarou.

A professora Geovana Reis

participou do eixo *A educação superior como parte do sistema educacional da América Latina e Caribe*. “Foram abordados dois sub-eixos: a questão da qualidade tanto da educação básica quanto da educação superior e como essa relação entre as duas poderia se dar de uma maneira menos tortuosa”, explica. Para saber como foi o eixo da professora Veridiana, leia artigo da página 4. Com informações do Proifes-federação

Morre o professor José Marques de Melo

Eduardo Knapp/ECA - USP

No dia 20 de junho morreu o professor José Marques de Melo, um dos principais pesquisadores na área de comunicação no Brasil. Ele era professor emérito da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), da qual foi diretor, além de integrar o corpo docente fundador da unidade.

A professora Ana Carolina Temer, da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/UFG), expressou o seu sentimento de perda nas redes sociais. Ela foi orientanda de Marques de Melo. “Poucas vezes encontrei uma pessoa tão generosa em dividir conhecimentos quanto ele. Sinto que perdi um grande incentivador, um professor que tendo feito



José Marques de Melo morreu aos 75 anos de idade

muito pela Comunicação, vai fazer falta por tudo que ainda poderia fazer”, disse a professora. Nos comentários, os amigos de Ana Carolina manifestaram a grande perda do intelectual para o país de forma geral e

para os estudantes brasileiros.

“Durante sua rica trajetória intelectual, contribuiu com a formação de inúmeros pesquisadores e publicou dezenas de livros que se tornaram referências para as áreas

de jornalismo e comunicação”, dizia a nota de pesar da Diretoria da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Alagoano de Palmeira dos Índios, Melo morreu aos 75 anos de idade. Era graduado em Jornalismo e Ciências Jurídicas e Sociais; pós-graduado em Ciências da Informação Coletiva. É um dos grandes nomes da pesquisa do jornalismo na América Latina: foram 173 livros, organizados ou editados por ele, como *Teoria do Jornalismo: Identidades Brasileiras*, *Mídia e Cultura Popular*; *História, taxionomia e metodologia da Folkcomunicação*; *Televisão Brasileira*; *Os Caminhos Cruzados da Comunicação e Gêneros Jornalísticos no Brasil*.

O desejo de contribuir com a formação

Bárbara Zaiden



Há 28 anos o professor Elismauro Mendonça (FO) é movido pelos deveres sociais de um verdadeiro pesquisador

Uma das características mais notáveis do professor Elismauro Mendonça é ser um homem que não gosta de chamar atenção para si. De fala baixa e tranquila, ele recebeu a equipe do Jornal do Professor no Laboratório de Patologia da Faculdade de Odontologia (FO) da UFG. À primeira vista, é impossível saber o quanto os corredores, as salas e os laboratórios daquele prédio foram influenciados por ele “e outros colegas”, como ele, humildemente, faz questão de salientar.

Ele estudou na atual Universidade Evangélica, de Anápolis, em 1982. O despertar científico logo cedo o levou direto para a pós-graduação. Aos 20 anos ele já ia para o mestrado em Bauru, na Universidade de São Paulo. O interesse em aprender mais sobre patologias foi o que o impulsionou. “Na verdade, como aluno de graduação eu nem sabia bem o que era um mestrado, mas como eu já tinha uma vocação para docência, eu tinha sido monitor de Anatomia em Anápolis. A minha intenção era aperfeiçoar mais na área de diagnóstico de doenças de boca”, explica.

Aos 22 já era mestre e em seguida surgiu a oportunidade de prestar concurso para a UFG e de um doutorado. Ele optou pelos dois. Aos 23 anos estava no doutorado e era professor. “Em 1988 eu concluí esse doutorado e em 1989 teve concurso para professor titular. Embora eu fosse muito jovem na época, eu fui aprovado”, relembra. Uma vez dentro da universi-

Referências no Centro-Oeste

Na pesquisa, um dos primeiros projetos foi tirar do papel a pós-graduação da FO, com um mestrado profissionalizante, o primeiro em Radiologia Bucomaxilofacial do Estado de Goiás e do Centro-Oeste. Logo partiram para o mestrado acadêmico em Clínica Odontológica e o doutorado do programa já é conceito 5 na Capes. “A nossa meta é progredir ainda mais nesse programa e nessa avaliação a nível nacional. É um programa de pós-graduação em Odontologia importantíssimo em toda a região Centro-Oeste”, celebra.

Na extensão, o pesquisador se envolveu em um projeto, parceria com a Associação de Combate ao Câncer em Goiás (ACCG), que atua no Hospital Araújo Jorge no tratamento de câncer na região da boca, cabeça e pescoço. Uma enorme conquista para diagnóstico na área: “a própria inserção do dentista no ambiente hospitalar, dentro de um hospital de oncologia, acredito que foi uma contri-

buição enorme e muito importante para a Faculdade de Odontologia”.

Com o fortalecimento do grupo de diagnóstico de doenças da boca, Elismauro e colegas do setor criaram seu próprio projeto de extensão em 1998: o Centro Goiano de Doenças da Boca (CGDB). Os atendimentos de diagnóstico, feitos de segunda a sexta-feira, são tanto para a comunidade interna como externa. “É uma referência no Estado de Goiás, em uma parceria muito forte com o SUS. Temos todo esse processo de prevenção, assistência, diagnóstico e tratamento das doenças no trato oral, dentre elas o câncer de boca”, explica o professor.

No início foi difícil, não exista um espaço físico, que foi improvisado para dar início aos atendimentos: “começamos do nada. Conforme os pacientes foram chegando e com apoio da Funape, conseguimos reformar o centro acadêmico da unidade, que nos foi cedido, e construímos o CGDB”.

dade passou a atuar em extensão, ensino e pesquisa. “No início tive uma presença muito mais forte na extensão, devido às condições de

laboratórios e de estrutura, que eram poucas na época, e precisavam de um processo de amadurecimento. Isso foi acontecendo com

a chegada de mais mestres e doutores à faculdade”, relembra.

Poucos minutos andando nos corredores e nas salas do prédio da FO mostram como Elismauro é querido por docentes e estudantes. O professor responde aos cumprimentos timidamente enquanto relembra a história do lugar.

Mas uma das visões mais interessantes sobre a docência superior é que Elismauro não seria capaz de ter atuação restrita. “O professor é muito sobrecarregado, mas se fica só em uma área ele se retira das outras, fica muito de fora”, afirma, “no meu caso, particularmente, não consigo me ver isolado em uma área só”. Ele avalia os anos dedicados à universidade como uma devolução, uma contribuição para a faculdade e, principalmente, para a formação de novos profissionais. “Acho que a minha contribuição maior foi com a extensão. Eu contribuí muito para a formação de recursos humanos na área de diagnóstico de doenças da boca com os projetos”.

Depois de tanta contribuição e de formar tantos odontologistas em Goiás, ele pensa em se aposentar, claro, mas não tão cedo. “Acho que cada um tem seu tempo dentro da universidade. Chega o seu tempo de ceder. Eu acho que eu tenho que abrir o espaço e buscar outros horizontes para mim”. E, talvez, diminuir o ritmo, não atuar em tantas áreas? “Acho que não ficaria fora de nenhum quadro... por enquanto”, finaliza.